



Fundação Educacional Serra dos Órgãos
Centro Universitário Serra dos Órgãos

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

PPI / 2016



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

PPI – 2016

(Aprovado no CEP pelo Parecer n.º 002/2016. Aprovado no CAS pela
Resolução n.º 002/2016 – 02 de junho de 2016)

UNIFESO
Teresópolis – RJ
2016

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

CONSELHO DIRETOR

Antônio Luiz da Silva Laginestra

Presidente

Jorge de Oliveira Spinelli

Vice Presidente

Hermínio Gomes de Mello

Secretário

Jorge Farah

Kival Simão Arbex

Luiz Fernando da Silva

Paulo Cezar Wiertz Cordeiro

Vogais

Luis Eduardo Possidente Tostes

Diretor Geral

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – UNIFESO

Antônio Luiz da Silva Laginestra

Chanceler

Verônica Santos Albuquerque

Reitora

José Feres Abido de Miranda

Pró-Reitor Acadêmico

Reitoria – UNIFESO

Tel.:(21) 2641-7072

E-mail: reitoria@unifeso.edu.br

ORGANIZAÇÃO

Verônica Santos Albuquerque

ELABORAÇÃO

Ana Maria Gomes de Almeida
Edenise da Silva Antas
Elaine Maria de Paiva Andrade
Verônica Santos Albuquerque
Maria Beatriz Villas Boas de Moraes
Mariana Beatriz Arcuri
Michele Mendes Hiath Silva

COLABORAÇÃO

Alexandre Ramos da Silva
Alexandre Vicente Garcia Suarez
André Vianna Martins
Andrea Serra Graniço
Anne Rose Alves Federici Marinho
Carla Ferreira Gonçalves
Carlos Alfredo Franco Cardoso
Cátia Araújo Farias
Denise de Mello Bobany
Eliane Castro Costa
Eveline Andrade Guedes
Fabio Rodrigues Hochleitner
George Campista de Abreu Cabral
Gicele Faissal de Carvalho
Heleno da Costa Miranda
Hosana Carreiro Carvalho
João Fernando Diniz Falcão
Joelma de Rezende Fernandes
José Feres Abido Miranda
Jucimar André Secchin
Laion Luiz Fachini Manfroi
Leonardo Figueiredo Barbosa
Liane Franco Pitombo
Luciana Domard
Luis Eduardo Possidente Tostes
Manoel Antônio Gonçalves Pombo
Maria Teresinha Espinosa de Oliveira
Mônica de Souza Correa
Monique da Costa Sandin Bartole
Renato Santos de Almeida
Roberta Franco de Moura Monteiro
Roberta Montello Amaral
Rosane Rodrigues Costa
Rosângela Pimentel Guimarães Crisostomo
Sérgio de Carvalho Parrini
Valéria de Oliveira Brites
Valéria Maria Vidigal Botelho de Magalhães Iório
Valter Luiz da Conceição Gonçalves
Wilma Costa Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL	9
2 MISSÃO	14
3 INSERÇÃO LOCORREGIONAL.....	15
4 ÂMBITOS DE ATUAÇÃO.....	17
5 PERFIL DO EGRESSO.....	18
6 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E BASE CONCEITUAL	19
7 POLÍTICA DE ENSINO.....	24
8 POLÍTICA DE PESQUISA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	31
9 POLÍTICA DE EXTENSÃO	35
10 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	37
11 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E EDUCAÇÃO ON-LINE.....	38
12 POLÍTICA DE APOIO À PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL.....	40
13 POLÍTICA DE GESTÃO	42
14 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	44
15 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	47

APRESENTAÇÃO

O presente projeto pedagógico é fruto da reflexão coletiva dos múltiplos segmentos da comunidade acadêmica do UNIFESO. Trata-se de um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que tem por objetivo nortear as práticas institucionais.

O projeto pedagógico institucional (PPI) do UNIFESO expressa o papel do UNIFESO e sua contribuição social no âmbito loco-regional e nacional, considerando a contextualização globalizada e tecnológica do mundo contemporâneo. Estamos diante de um documento que traça um rumo, uma direção. Há nele intencionalidade, um sentido explícito, com compromissos definidos coletivamente, coerentes com a identidade, missão e visão institucional.

Sua elaboração considerou o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) de 2006 e a produção da área acadêmica e administrativa, por meio de oficinas específicas para revisão e atualização dos princípios filosóficos e das políticas já existentes, assim como para a construção das novas políticas necessárias a realidade atual do UNIFESO.

O PPI 2016 reflete os anseios e as práticas do UNIFESO no momento em que sua mantenedora – a FESO – completa 50 anos. Nesse contexto do início do século XXI, está explicitada a aposta de uma formação técnico-científica integrada a valores humanísticos, embasada na compreensão de que a ciência e a técnica são formas de inserção na realidade, propiciando ação e interação. Esse projeto institucional guarda coerência com os dispositivos estatutários e regimentais da FESO e do UNIFESO e se articula intensamente com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Prof.ª Verônica Santos Albuquerque
Reitora do UNIFESO

1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO, sediada em Teresópolis, foi criada em 20 de janeiro de 1966, por um grupo de pessoas, setores e instituições da sociedade civil organizada.

Sua história é fruto do trabalho árduo e incessante de um grupo de idealistas empenhados na concretização de um projeto que a muitos parecia impossível. Esses pioneiros, integrados na vida política e social do Município e preocupados com o seu desenvolvimento, tinham por objetivo ampliar a oferta educacional do segundo grau em Teresópolis. Para atingir tal objetivo, a Instituição foi organizada naquele ano como fundação de direito privado sem fins lucrativos pelo Decreto Municipal nº 2/66, passando a ser reconhecida como de Utilidade Pública Municipal três anos depois, pelo Decreto n.º 98/69 e de Utilidade Pública Federal em 1983, pelo Decreto nº 88747/83.

Sua implantação começa em 1970, com a criação da Faculdade de Medicina – FMT, autorizada pelo Decreto n.º 66.435 de 10/04/70 e reconhecida pelo Decreto n.º 75237 de 16/01/75. Esta época é marcada pelo processo de grande expansão das escolas médicas no Brasil, principalmente na Região Sudeste, havendo uma forte demanda de vagas na área de Medicina, sem a possibilidade de serem atendidas pelas IES então existentes. Tal fato demonstra que a FESO, como Instituição, se estrutura a partir de uma dinâmica nacional de ampliação do ensino superior.

Objetivando oferecer um cenário de aprendizagem hospitalar para seus estudantes, a FESO firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Teresópolis, em 1972, para cessão do então Hospital Municipal, que passou a ser Hospital das Clínicas de Teresópolis (HCT), hoje denominado Hospital das Clínicas de Teresópolis Costantino Ottaviano (HCTCO). Começou, assim, um movimento de estreitar as relações com a comunidade através da prestação de serviços na área da saúde às classes menos favorecidas, beneficiárias do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Ao mesmo tempo, a FESO inaugurou sua parceria com o setor público municipal e federal.

Motivada pela demanda e pela necessidade de criação de novas especialidades verificou-se, no decorrer do tempo, a expansão do HCT, com a construção de uma Unidade de Emergência, novas enfermarias e ambulatórios, assim como a aquisição de equipamentos de diagnóstico e tratamento, em coerência com a evolução técnica e tecnológica do setor saúde. Em 1995, com o surgimento dos planos de saúde privados, o HCT inaugurou um pavilhão próprio para atendimento à clientela coberta por esses convênios. Frise-se que, desde sua inauguração, o hospital tem destinado, pelo menos, 80% de sua capacidade instalada ao atendimento dos usuários da rede de serviços públicos de saúde (Sistema Único de Saúde – SUS).

Atenta às necessidades do município de Teresópolis e dos municípios circunvizinhos na área do ensino superior, a FESO ampliou seu foco de atenção, em 1975, com a criação das faculdades de Administração e de Ciências Contábeis – FACCE expandindo a oferta educacional para área de ciências humanas e sociais. Em 1985 implantou-se a Faculdade de Enfermagem. Com relação a

esta, cabe ressaltar a valiosa contribuição trazida para a própria melhoria dos serviços prestados pelo hospital com a formação de novos enfermeiros.

Em 1983, foi criada uma Unidade Básica de Saúde em uma comunidade de Teresópolis, denominada Beira-Linha, com o objetivo de desenvolver ações de atenção primária à saúde, assim como servir de cenário de ensino/aprendizagem aos estudantes do Curso de Medicina e do Curso de Enfermagem. Em 1998, implantou-se, nessa unidade, o programa Estratégia de Saúde da Família (PSF), como parte de um projeto municipal, atingindo outras oito unidades administradas pelo poder público local com orientação técnica da FESO. Isto porque, em 1999, a Instituição foi credenciada pelo Ministério da Saúde como Polo de Capacitação, Formação e Educação Permanente das Equipes Básicas do PSF da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Vale dizer que a criação do Polo representou uma sensível inserção regional da FESO na medida em que a maioria dos municípios serranos teve suas equipes do PSF capacitadas pela Instituição.

No ano de 1982, fiel à filosofia institucional de atendimento às demandas comunitárias e a sua vocação original, a Fundação criou o Centro Educacional Serra dos Órgãos – CESO, para atender à educação básica, nos níveis da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Ao mesmo tempo em que se dava este crescimento da instituição, aperfeiçoou-se o processo pedagógico e acadêmico internamente. Em 1989, a FESO estruturou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPP, para atender, em princípio, às necessidades na área de ensino/aprendizagem do Curso de Medicina. Oriundos de diversos estados do Brasil, os estudantes, ao fixar residência em Teresópolis, sofriam significativa mudança psicossocial cujas consequências se faziam perceber academicamente. O surgimento do NAPP demonstrou a preocupação da Fundação com a qualidade de ensino oferecido e a adaptação dos estudantes ao Curso e à cidade. Posteriormente, as atividades do NAPP se estendem a todos os cursos superiores oferecidos pela FESO.

Com o crescimento institucional, observou-se certa desarticulação entre as várias unidades mantidas pela Fundação, devido ao fato de se ter, até então, a condição de Faculdades Isoladas. Encaminhou-se, assim, processo ao MEC, para transformação destas em Faculdades Unificadas, o que foi autorizado em 1994. Com isso, unificaram-se as normas acadêmicas e todo o processo de gestão, buscando-se maior agilidade e eficiência acadêmico-administrativa. Investir na mudança do modelo gestor, articulado através de unidades acadêmicas coordenadas, mais flexível e participativo foi a opção encontrada para consolidar este novo momento institucional.

Tal unificação gerou a necessidade de ordenar as ações voltadas para a pós-graduação e a extensão, até então desenvolvidas no âmbito de cada faculdade isoladamente, ocasionando a criação, ainda em 1994, do Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – NPPE, com três funções definidas à época: 1) promover cursos de especialização e aperfeiçoamento para as comunidades interna e externa; 2) iniciar uma política de pesquisa e 3) viabilizar a atividade de extensão.

Nesse mesmo ano, considerando o rápido desenvolvimento da informática e suas crescentes aplicações na sociedade, foi implantado um novo curso, denominado Tecnologia em Processamento de Dados.

Como nova expressão da preocupação constante em ampliar sua presença no contexto sociocultural de Teresópolis, em 1997, a FESO acatou proposta de encampação da Fundação

Theodor Heuberger – Pró-Arte, cujo objetivo era fomentar atividades artísticas e de incentivo à cultura, e que, naquele momento, apresentava sérias dificuldades financeiras. Pela proposta, a FESO incorporou o prédio e todo seu acervo ao seu patrimônio e assumiu os compromissos financeiros da Fundação, assim como o de manter suas atividades originais. A partir de então, a FESO instituiu o Núcleo Cultural FESO Pro Arte, hoje, Centro Cultural FESO Pro Arte.

Ainda em 1997 foi adquirida a Fazenda Quinta do Paraíso, com cerca de um milhão de metros quadrados, localizada estrategicamente próxima ao Hospital das Clínicas e ao eixo rodoviário formado pelas estradas Rio-Bahia e Teresópolis-Friburgo. Essa aquisição garantiu um espaço adequado para a construção de um novo campus, visando a sustentação da expansão institucional.

Em 1998, consagrando o interesse institucional de ampliar a oferta educacional e cultural na cidade de Teresópolis, foi criado o curso de Pedagogia, para atender às demandas local e regional dos profissionais vinculados às redes públicas e privada de ensino, dos egressos do curso de formação de professores, assim como do ensino médio e equivalente.

Em 1999, foram criados os Centros de Ciências Biomédicas – CCBM, hoje Centro de Ciências da Saúde - CCS e de Ciências Humanas e Sociais – CCHS, visando à integração e à articulação dos cursos de graduação em áreas afins e seu conseqüente fortalecimento. No mesmo período, agregaram-se aos seus respectivos Centros os novos Cursos de Odontologia, de Direito e de Medicina Veterinária no ano seguinte, todos em função da necessidade de responder à diversificação de oferta e captação de recursos que a instituição demandava. Em 2001 foi implantado o Curso de Fisioterapia, que encerrou o ciclo de expansão planejado, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2003-2007.

Vale destacar que o Curso de Tecnologia em Processamento de Dados por solicitação institucional foi, após avaliação realizada pelo MEC, transformado em Curso de Ciência da Computação em 2006.

A Pós-graduação lato-sensu na FESO iniciou-se na instituição com a oferta de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em meados da década de 70. Em seguida surgiram as Residências Médicas que se expandiram até aos oito programas hoje existentes, tendo a instituição formado também especialistas em Saúde da Família, por meio de Residência multiprofissional. A pós-graduação lato sensu vem se desenvolvendo ao longo do tempo com ampliação quantitativa de cursos e consolidação de qualidade.

A partir de 2000, sob a influência das Diretrizes Curriculares Nacionais, das autoavaliações promovidas pela Comissão Permanente de Avaliação como era denominada na época a CPA, das avaliações externas (Exame Nacional de Curso e Condições de Ensino) foi desencadeado um movimento institucional de discussão e aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos para atender as demandas externas e internas identificadas.

No ano de 2001, deu-se a criação da Odontoclínica, possibilitando a prática diária aos estudantes de Odontologia, oferecendo atenção à saúde bucal nas áreas de Ortodontia, Periodontia, Cirurgia, Dentística e Endodontia, assim como promovendo ações de promoção e prevenção específica.

Em 2002, foi criada a Clínica Veterinária, setor de fundamental importância para o desenvolvimento profissional dos estudantes, propiciando a atenção à saúde animal, representando mais uma área de integração do UNIFESO com a comunidade, propiciando a

diversificação de cenário de aprendizagem aos estudantes e funcionando também como uma ação de controle de zoonoses, importante ação na área de Vigilância em Saúde para o município.

Ainda em 2002, criou-se o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, representando outro setor de integração com a comunidade através do atendimento gratuito em benefício da população financeiramente menos favorecida.

Em 2004, instalou-se a Clínica de Fisioterapia, prestando serviços à comunidade, mais uma vez fortalecendo e incrementando o serviço de saúde local, complementando os serviços de saúde já existentes.

Destaca-se, a partir de 2003, a seleção do curso de Medicina feita pelo MEC/MS/OPAS para financiamento e implantação do PROMED (Programa de Mudança Curricular para os Cursos de Medicina) estando entre as 19 escolas selecionadas nacionalmente. Nesta sequência os Cursos de Medicina, Enfermagem e Odontologia foram selecionados pelo Pro Saúde - Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – o que representou um importante impulso para mudanças curriculares importantes na formação dos profissionais de saúde.

Na perspectiva do aperfeiçoamento institucional, nos aspectos pedagógico, acadêmico e administrativo, a FESO antecipou-se às políticas oficiais de avaliação instituindo, a partir de 1999, a já citada Comissão Permanente de Avaliação - CPA que desenvolveu a cultura avaliativa como instrumento do seu desenvolvimento e transformação.

Nesta linha de evolução, após submeter-se a uma avaliação externa, promovida pela CPA, o HCTCO passou por um processo de reestruturação visando à melhoria da qualidade da gestão do ensino e da assistência, o que culminou com sua a certificação, em 2006, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação como hospital de ensino.

O ano de 2006 se constituiu num marco histórico importante para instituição: após um movimento que envolveu todas as unidades acadêmicas e administrativas da FESO para o atendimento dos requisitos de credenciamento, a instituição alcançou o status de Centro Universitário. As Faculdades Unificadas, então, passam a constituir os Cursos de Graduação do Centro Universitário Serra dos Órgãos – UNIFESO, credenciado através da Portaria 1.698 de 13 de outubro de 2006, publicado em DOU Seção I de 16 de outubro de 2006. Ainda nesse ano, foi instituído o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) e, visando ampliar a produção de pesquisa e sistematizar a extensão na instituição, foi criado o Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão - PICPE.

A fase que se segue, a partir de então, é de consolidação do UNIFESO como Centro Universitário, que, dentre outras realizações, foi marcada pelo fortalecimento da cultura do planejamento educacional e da gestão por processo. Nesse período também merece destaque a expansão de cursos de graduação. Atrilados ao Centro de Ciências da Saúde, foram implantados os Cursos de Farmácia, em 2008, e de Ciências Biológicas, em 2009. Já o Centro de Ciências e Tecnologia, além da graduação em Ciências da Computação já existente, ampliou sua oferta de cursos em 2009 com a Matemática, a Engenharia de Produção e a Engenharia Ambiental e Sanitária.

Cabe ressaltar que nesse percurso histórico o processo de autoavaliação foi progressivamente incorporado à cultura institucional, culminando com a elaboração e aprovação do Programa de

Autoavaliação Institucional (PAAI) em 2008. Trata-se de programa complexo e abrangente que segue até os dias atuais, destacando-se duas estratégias, implantadas respectivamente em 2007 e 2009, que se tornaram efervescentes e sistêmicas no cotidiano institucional: o teste de progresso (TP) e o programa de avaliação do desempenho docente (PADD). O TP se configura como estratégia avaliativa cujo objetivo é medir a apropriação cognitiva do estudante egresso sem conotação classificatória, punitiva ou de promoção, permitindo que cada estudante acompanhe sua evolução em direção ao domínio dos conteúdos, habilidades e competências esperados para um profissional recém-formado. Já o PADD busca avaliar o desempenho do professor a partir do ponto de vista do discente e do próprio docente, visando identificar fortalezas e carências, a partir das quais são ofertados subsídios para mudança positiva na atuação do professor. O resultado final esperado é proporcionar a melhoria contínua da qualidade de ensino (MIRANDA et al., 2014). Ambas as estratégias avaliativas evoluíram ao longo dos anos, ganhando adesão da comunidade acadêmica e consistência técnica, passando a se constituir em diferenciais institucionais de qualidade.

Em resposta ao desafio de manter os níveis de qualidade dos serviços oferecidos, foi iniciado a partir de 2010 um conjunto de investimentos no HCTCO, que incluíram a construção participativa do Plano Diretor do hospital e de um plano global de reestruturação, o qual passou pela ampliação do centro de tratamento intensivo (CTI), dos quartos particulares, pela construção de uma nova estrutura para o serviço ambulatorial e pela remodelação das enfermarias. Tais investimentos reunidos atenderam a necessidades do ensino e da assistência à saúde, concorrendo para o aumento da percepção de qualidade dos serviços prestados pelo HCTCO.

Nesse contexto, cabe ressaltar o enorme esforço institucional para manutenção da qualidade dos serviços prestados pelo HCTCO, considerando o histórico subfinanciamento da saúde por parte do Poder Público. Pesa sobre a FESO, considerando seu perfil de centro formador de recursos humanos para área da saúde, destinar expressivos recursos financeiros para custear um direito constitucional, que é dever do Estado. Tal realidade vivenciada pela FESO há décadas afeta de forma significativa sua capacidade de investimento em todas as suas áreas de atuação.

Somado às dificuldades crônicas advindas do subfinanciamento da prestação de serviço hospitalar ao SUS, em 2011, a FESO sofreu impacto importante na sua captação e fixação de estudantes, decorrente do maior desastre climático da história do Brasil, ocorrido na madrugada de 12 de janeiro. Teresópolis foi um dos municípios fortemente afetados pelos deslizamentos de terra e enchentes, os quais geraram centenas de mortes e um rastro de destruição. Cabe ressaltar que a instituição teve papel de relevância no atendimento imediato das vítimas e no movimento de recuperação da cidade.

Articulada à missão institucional e a partir dos preceitos estabelecidos pela Lei de Inovação, o UNIFESO avançou em 2013 na persecução de estratégias para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica. Foi aprovada, então, a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) que passou a desenvolver na instituição a função de estimular, promover e proteger as criações intelectuais resultantes de projetos de pesquisa e inovação no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.

Em 2014, com a chancela da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Educação Ambiental, foi inaugurada a Sala Verde UNIFESO, projeto ligado à Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que tem como objetivo orientar e conscientizar a sociedade teresopolitana sobre as

várias faces da Educação Socioambiental de modo a mudar os hábitos, conceitos e atitudes em relação ao meio ambiente. Propõe-se como um catalisador de discussão, vivência e atualização de atividades (projetos, eventos, cursos) que possam contribuir para a formação de novos paradigmas de vida e sustentabilidade ambiental.

O ano de 2015 foi marcado por três acontecimentos de relevância: no primeiro semestre deu-se início a oferta do Curso de Engenharia Civil, vinculado ao CCT, atendendo a uma demanda loco-regional. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP) foi transformado em Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade (NAPPA). Esta ampliação de escopo da unidade se traduziu na prática numa série de investimentos e avanços para a garantia da acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal. Já no segundo semestre, após avaliação de Comissão do MEC para credenciamento, o UNIFESO obteve autorização para ofertar cursos de pós-graduação e extensão na modalidade de educação a distância.

O futuro aponta para a continuidade em busca da qualidade do ensino ofertado e dos serviços dele derivados. Em 2016 a FESO completa 50 anos, vislumbrando a ampliação de estratégias de comunicação com a sociedade, o resgate da memória histórica da cidade e da instituição, a ampliação da infraestrutura para as atividades de ensino e de assistência à saúde, o aprimoramento dos programas de incentivo docente e discente, assim como das estratégias de internacionalização. Tais perspectivas já se encontram alinhadas nos instrumentos de planejamento institucional e retratam ações que materializam a qualquer tempo o percurso definido para a FESO desde sua criação, que pode ser traduzido pela finalidade de criar oportunidade de crescimento individual e de desenvolvimento para Teresópolis e seu entorno.

2 MISSÃO

Promover a educação, a cultura, a ciência, a tecnologia e a inovação constituindo-se num polo de desenvolvimento regional, de modo a contribuir para construção de uma sociedade justa, solidária e ética.

3 INSERÇÃO LOCORREGIONAL

A região geográfica de abrangência da atuação do UNIFESO é aquela em que se incluem os municípios da Região Serrana, alguns da Baixada Litorânea e outros da Região Noroeste do estado do Rio de Janeiro, a saber: Teresópolis, Petrópolis, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Duas Barras, Guapimirim, Rio de Janeiro, Magé, Areal, Cordeiro, Três Rios, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Sapucaia, Carmo, Cantagalo, Bom Jardim, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Macuco, Trajano de Moraes e Itaocara.

O município sede – Teresópolis – conta com uma área de 770.601 km² e uma população de 163.746 habitantes, segundo dados do IBGE 2010. A taxa de alfabetização no município vem crescendo ao longo das últimas décadas – de 81% em 1991 para 87,5% em 2000 e para 93,5% em 2010. Cabe ressaltar, ainda, que o índice de analfabetismo ainda é expressivo entre a

população rural – 13,8%. O índice de desenvolvimento humano (IDH), concebido pela ONU para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população, de Teresópolis em 2013 foi de 0,730, sendo considerado alto. Dentre os componentes do IDH, Teresópolis apresentou os índices parciais de 0,855 em expectativa de vida, de 0,752 em renda e de 0,605 em educação. O potencial econômico do município é marcado por uma vocação para produção rural de hortaliças, para o turismo, além de se constituir em um polo urbano de serviços. Ao longo das últimas cinco décadas, o município vem se afirmando como um centro formador de profissionais de nível superior.

A ligação do município com outras regiões se faz por uma rede de estradas. Teresópolis é atravessada pela rodovia Rio-Bahia, além das estradas que a ligam a Petrópolis e Friburgo. Possui uma importante rede de estradas vicinais que possibilitam o escoamento de sua produção. A frota de Teresópolis, dimensionada no censo de 2012, era de 79.953 veículos, sendo 63% deles automóveis. As motocicletas já representavam 19% da frota, com crescimento representativo ao longo dos anos.

O Serviço Social do Comércio (SESC) é um importante centro de promoção cultural da cidade, pois que desenvolve projetos musicais, esportivos, teatrais e de ação social. Além do SESC, Teresópolis conta com representações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Possui vários clubes sociais e os tradicionais clubes de serviço, associações e sindicatos de produtores, do comércio e dos trabalhadores. Destaque-se, ainda, a existência da Associação Comercial, Industrial e Agrícola (ACIAT) e de várias associações de moradores.

No que tange ao esporte, a presença na Granja Comary da concentração oficial das seleções da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), de repercussão nacional, é um fator de prestígio local na área e um potente estímulo a ações de difusão da cultura esportiva.

A Academia Teresopolitana de Letras, integrada por intelectuais, poetas e escritores, certamente se mostra como espaço capaz de fomentar o conhecimento e a reflexão sobre a produção artística e literária da cidade.

No campo das artes cênicas, têm-se, em Teresópolis, três salas de cinema e dois espaços teatrais: o Teatro Municipal de Teresópolis e o do SESC. Os auditórios do UNIFESO têm possibilitado a realização de projetos nessa área, se afigurando também como espaços potenciais para o exercício e expansão das artes cênicas na dinâmica de formação dos estudantes e da comunidade.

A cidade dispõe, ainda, de duas grandes bibliotecas, uma vinculada ao poder público municipal e uma ao UNIFESO. A Biblioteca Municipal, aberta à comunidade, dispõe de um acervo com cerca de 30.000 títulos. A Biblioteca do UNIFESO, através de atendimento especializado em seus diversos *campi*, disponibiliza um acervo de aproximadamente 36.000 títulos e 75.000 exemplares aos seus estudantes, professores e também à comunidade de Teresópolis. Destaque-se o peso histórico de obras que pertenceram ao Dr. Miguel Couto, figura renomada do meio médico, doadas à FESO por sua família.

O censo escolar do INEP/MEC (2014) revelou um total de 35.118 matrículas na Educação Básica em Teresópolis, sendo 3.628 na Educação Infantil, 23.271 no Ensino Fundamental, 5.904 no Ensino Médio e 2.315 na Educação de Jovens e Adultos. Dos estabelecimentos escolares da cidade, 69 ofertam matrículas para Pré-Escola, 105 para o Ensino Fundamental e 16 para o Ensino Médio.

O UNIFESO é sem dúvida a maior organização econômica, político-social, educacional e cultural da cidade. A instituição busca atender as demandas de formação, desde a educação básica até ao ensino de pós-graduação. Destaca-se ainda na área da assistência à saúde, mantendo especialmente um hospital de ensino que é referência na região. É a maior empresa privada na geração de empregos e em expressividade de sua folha de pagamento. Insere-se também nos movimentos artístico-culturais, através do Centro Cultural FESO Pro-Arte e mantém sua participação nos movimentos comunitários.

4 ÂMBITOS DE ATUAÇÃO

A principal área de atuação do UNIFESO é o **ensino**, contemplando a **educação básica**, a **graduação** e a **pós-graduação**, nas modalidades presencial e a distância. Ressalta-se, ainda, que decorrentes das atividades de ensino e com elas articuladas, o UNIFESO atua na oferta de **serviços assistenciais**, de **atividades culturais** e no **desenvolvimento científico e tecnológico** nas áreas da Saúde, Humanas e Sociais e das Ciências Tecnológicas.

5 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso do UNIFESO, guardando as especificidades de cada área do saber, prevê, além do desenvolvimento de competências técnico-científicas, a formação de um profissional com capacidade de atualização e de produção de transformações sociais, pautadas na ética, na justiça, na solidariedade e na cidadania. Prevê, ainda, a conformação humana de um agente de defesa da diversidade e da sustentabilidade, em seu conceito *lato*.

6 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E BASE CONCEITUAL

Todo o trabalho desenvolvido pelo UNIFESO no passado e no presente geram crescimento e desenvolvimento no âmbito individual, social e institucional. Ao mesmo tempo que transforma trajetórias pessoais, através de oportunidade educacional e da mobilidade social, o UNIFESO colabora substancialmente para o desenvolvimento da sociedade, em especial de Teresópolis. Ao longo de sua história, a FESO vem contribuindo para o crescimento da atividade econômica, social, política, educacional, ambiental e cultural de forma articulada, coerente, consequente e concomitantemente à melhoria da qualidade de vida da população.

O UNIFESO é o Centro Universitário mantido pela FESO, **fundação de direito privado sem fins lucrativos**, o que significa oferta de oportunidade de ensino e assistência à população sem visar apropriação de lucro. Cabe ressaltar que a FESO não possui proprietários nem investidores, dependendo exclusivamente de recursos advindos dos serviços educacionais e assistenciais que presta para custear e reinvestir obrigatoriamente na própria instituição. Através da concessão de bolsas de estudos, com base nos marcos legais, a FESO exerce a **filantropia**, compreendida como a oferta de serviços essenciais com vistas a contribuir para uma sociedade melhor.

Nesse contexto, o UNIFESO concebe a articulação entre **educação, cultura, ciência e tecnologia** como um amplo e aberto processo vital e dialógico em que se integram os indivíduos e os grupos humanos na sua formação e no seu desenvolvimento global. Este processo abrange os momentos da conscientização, da socialização e do compromisso histórico das pessoas e das instituições na construção do mundo, preservando sempre, como fundamento do qual depende todo o resto, a liberdade e a autonomia da consciência individual. Essa dialética se exprime na articulação dos postulados da **ética, da justiça e da solidariedade**.

Por **ética** se entende o conjunto de princípios fundamentais que orientam a moral e os costumes dos indivíduos, dos grupos humanos e dos povos e nações. A ética pode ser traduzida pelo conjunto de normas de comportamento e formas de vida através dos quais os seres humanos tendem a realizar o valor do bem. Inspira a coerência entre os fins e os meios utilizados para alcançá-los no propósito de defender valores fundamentais como a vida, a dignidade humana e o respeito entre os homens e com o planeta. É também a capacidade humana de pensar as próprias finalidades de seu agir social.

A **justiça** constitui um conceito complexo, passível de diversas definições. Aristóteles considerava a justiça a principal virtude, fonte de todas as outras. Para Platão ela constitui elemento essencial para a preservação da sociedade porque sem justiça a sociedade se desintegraria (PROUDHON, 1868). Kant compreendia a justiça como um dever absoluto de tratar cada ser humano como um fim em si mesmo e não como um meio para obtenção de algo, ou seja, como a necessidade do reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos e afirmava que “se a justiça desaparecer não haverá mais valor algum na vida dos seres humanos sobre a Terra”. A justiça constitui o princípio básico das sociedades, fundamento do acordo ou pacto que objetiva manter a ordem social através do respeito à alteridade e da garantia dos direitos.

A **solidariedade** retrata a atitude e o sentimento de altruísmo que leva os indivíduos e grupos a tomar decisões que impliquem na consideração maior do bem comum e na dedicação do próprio tempo, recursos e esforços de uma maneira voltada para o bem do outro. É a capacidade humana de se colocar no lugar e na situação do outro, é a compaixão, no sentido mais profundo dos termos, decorrendo daí comportamentos de respeito e colaboração.

A versão institucional da solidariedade é a **responsabilidade social**, materializada na adoção de atitudes que promovem o bem-estar de seus estudantes, professores, funcionários técnico-administrativos e da comunidade loco-regional, incluindo as pessoas e o meio ambiente. Trata-se de postura institucional voluntária que se preocupa e se envolve na satisfação das necessidades do ser humano e da comunidade, na sua convivência social e na sua relação com o planeta. Nesse contexto se enquadra toda a trajetória histórica da FESO e do UNIFESO.

A **cidadania**, a **sustentabilidade** e a **diversidade** são princípios norteadores da conduta institucional e da formação ofertada no UNIFESO em todos os seus segmentos de ensino e cursos. Ao eleger a **cidadania** como um conceito orientador, o UNIFESO se compromete com o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei e o exercício da democracia. Fomenta, através de seus currículos, a participação consciente e responsável dos indivíduos na sociedade, estimulando o cumprimento dos deveres e o zelo pelos direitos alheios.

O conceito de **sustentabilidade** tem sua origem relacionada ao termo “desenvolvimento sustentável”, definido como aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Ao longo dos últimos 20 anos, em razão da dificuldade de transformar este conceito em ações e políticas públicas, passou-se a utilizar de forma mais global o termo sustentabilidade, incorporando também a dimensão cultural. Diante da evidência da fragilidade humana no quadro atual de degradação e riscos provocados por estilos de vida e de produção incompatíveis com a permanência dos recursos naturais, a sustentabilidade passou a ser o principal desafio técnico e político para o desenvolvimento social.

A concepção de sustentabilidade, defendida como um princípio de ação e formação no UNIFESO, pressupõe uma relação equilibrada com o ambiente em sua totalidade, considerando que todos os elementos afetam e são afetados reciprocamente pela ação humana. A sustentabilidade, portanto, diz respeito às escolhas sobre as formas de produção, consumo, habitação, comunicação, alimentação, transporte e também nos relacionamentos entre as pessoas e delas com o ambiente, considerando os valores éticos, solidários e democráticos.

O respeito à **diversidade** também é uma forma de garantir que a cidadania seja exercida e que os vínculos sociais sejam fortalecidos. Trata-se de uma atitude política para com a diversidade gerada pelas diferenças de classe, gênero, etnia, opção sexual, capacidades, enfim, de atributos que fazem parte da identidade pessoal e definem a condição do sujeito na cultura e na sociedade. O desenvolvimento de atitudes de tolerância e respeito à diversidade tem a ver com o direito à educação, o direito à igualdade de oportunidades e o direito à participação na sociedade. Por isso mesmo, representa um grande desafio a ser enfrentado pelas instituições de ensino na construção das suas bases político-pedagógicas, o qual o UNIFESO se propõe a enfrentar.

Aprofundando o compromisso institucional com o respeito à diversidade na lógica da inclusão, o UNIFESO incorporou o princípio da **acessibilidade** ao ideário filosófico que norteia as práticas institucionais cotidianas. A acessibilidade no UNIFESO se alinha com a Educação Inclusiva, considerando não só a oferta de seus Cursos aos estudantes portadores de necessidades especiais, mas também o desafio de desenvolver práticas pedagógicas condizentes com as especificidades que se apresentam.

O UNIFESO toma por base as recomendações do Ministério da Educação que defende que “a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento individual, social e profissional” e destaca que “a condição de deficiência não deve definir a área de interesse profissional”. A garantia da acessibilidade na instituição perpassa pela compreensão e pela busca constante do atendimento às suas dimensões arquitetônica, atitudinal, pedagógica, comunicacional e digital.

A **participação** também faz parte do ideário de princípios do UNIFESO. Ela corresponde à defesa do envolvimento regular e significativo da comunidade acadêmica na construção dos planos e projetos institucionais, na resolução de problemas, no acesso à informação, no auxílio à tomada de decisão e no controle da execução das ações. A garantia de espaços democráticos de debate e participação se dá através dos órgãos colegiados da IES, de reuniões sistemáticas e fóruns diversos

A **indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão** tem-se revelado como um eixo condutor da reflexão sobre as políticas institucionais. Para o aprofundamento da compreensão por parte de toda a comunidade acadêmica do que seja essa tríade indissociável, a exposição a seguir se organizou a partir de cada uma das relações possíveis entre ensino, pesquisa e extensão, para, posteriormente, concebê-la em sua sinergia.

No que tange a relação do ensino com a extensão, a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), preconiza que “o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa)”. Especificamente na relação entre ensino e extensão, trata-se, primeiro, de reconhecer o protagonismo dos estudantes no processo de sua formação profissional e ética, tendo-o como sujeito e agente de garantia de direitos e de transformação

social. A atividade de extensão, como parte integrante do processo acadêmico, redimensiona o conceito de “sala de aula” até então delimitado a um espaço físico no interior da instituição. Esta passa a ser compreendida como todo espaço que promove o processo de aprendizagem, possibilitando a (re)construção dos processos históricos em suas múltiplas determinações e facetas.

Consequentemente, muda-se a forma de conceber a formação humana sustentada apenas na relação estudante-professor, para uma compreensão mais ampliada, onde reconhece-se os demais sujeitos da comunidade interna e externa como partícipes ativos nesse processo. Com responsabilidades e atuações diferenciadas, todos são importantes e essenciais para o processo ensino-aprendizagem o qual, dialeticamente, é constituído e constituinte da realidade social. Desta forma, inaugura-se um eixo estruturante de formação pautado na relação estudante, professor, técnico-administrativo e comunidade.

Sob o prisma da relação entre pesquisa e extensão, constroem-se as múltiplas possibilidades de integração ensino-trabalho-cidadania, pautada em ações de desenvolvimento da ciência, da inovação e da tecnologia que respondam a sociedade naquilo em que ela apresenta como necessidade e prioridade. Ressalta-se como um desafio, na relação entre a extensão e a pesquisa, o uso de metodologias científicas adequadas à participação e ao diálogo com sujeitos sociais oriundos das comunidades local e regional, concebidos como construtores de conhecimento e saberes relevantes para a transformação social. Desta forma, a construção do conhecimento substanciado pela realidade social qualifica a produção acadêmica e os pesquisadores nela envolvidos, assim como os demais sujeitos na compreensão da comunidade em que vivem.

A política nacional acima mencionada, expressa que “apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades”. Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais.

A relação ensino e pesquisa é fator relevante no aperfeiçoamento da qualidade dos cursos oferecidos no UNIFESO. A sua indissociabilidade interfere, significativamente, na formação dos estudantes como sujeitos críticos e reflexivos, na medida que oportuniza acesso a métodos e práticas investigativas. Além disto, contribui para a qualificação docente no seu desempenho acadêmico-científico nos diversos segmentos institucionais.

A construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nasce da simbiose entre a realidade concreta do UNIFESO em seus diferentes segmentos e a da comunidade em que ela faz parte, considerando-se as necessidades e prioridades de ambas.

O conceito incorporado de ensino, pesquisa e extensão em sua indissociabilidade reforça a integração do UNIFESO com a sociedade como um fator fundamental de criação de oportunidades para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social. Daí decorrem as possibilidades de transferência de conhecimento e inovações geradas na instituição para os setores produtivos no âmbito local e regional. Por isso, tomamos a **inovação** como mais

um princípio norteador das práticas institucionais, tendo em vista a necessidade de avanço no fomento ao empreendedorismo e ao cooperativismo.

A avaliação no UNIFESO não é tomada como um procedimento meramente técnico e burocrático. A intencionalidade dos processos avaliativos institucionais é clara e compreende cinco princípios básicos: (1) Opção por uma **avaliação formativa, integral e transformadora** com consequência para o desenvolvimento das pessoas e da instituição; (2) Relação estreita entre avaliação e planejamento; (3) Desejo de ruptura com o paradigma da avaliação classificatória e com a apresentação de *rankings* a partir de verificações; (4) Valorização da participação de múltiplos atores (processo participativo) e da diversificação dos instrumentos e (5) Articulação com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Os princípios ora apresentados são orientadores da elaboração das Políticas e do Planejamento institucionais, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e das atitudes da comunidade acadêmica nas diversas áreas de atuação do UNIFESO. Ganham vida no cotidiano da formação das pessoas e da transformação da realidade por meio das iniciativas institucionais do UNIFESO.

7

POLÍTICA DE ENSINO

Periodicamente, o pesquisador deverá apresentar ao Núcleo de Inovação e Tecnologia – NIT, relatório de acompanhamento do desenvolvimento do projeto para avaliação e registro da propriedade intelectual, conforme apresentado em edital de seleção ou, no caso de não haver, de acordo com o cronograma do projeto. De forma mais ampla, a avaliação deste Plano será sistematizada nos relatórios institucionais e a partir da avaliação institucional, realizada pela CPA.

7.1. Pressupostos para o Ensino no UNIFESO

Ensinar consiste em deixar aprender, afirma Martin Heidegger. Isso significa que, no mínimo, entre ensinar e aprender não existe uma passagem nem lógica nem natural. Ensinar não é impor conhecimentos. O ato de aprender, no sentido mais elevado, implica escolha, decisão e responsabilidade. Por isso, a função institucional do ensino precisa considerar os seguintes pressupostos:

- A proposição de práticas educativas que valorizem o raciocínio e a reflexão em detrimento à pura memorização e ao acúmulo de conteúdo é almejada e traduzida pela crença que mais vale uma **cabeça bem-feita** do que uma cabeça bem cheia. O significado de “uma cabeça bem cheia” parece óbvio: é uma cabeça onde o saber é amontoado, empilhado, e não dispõe de princípios de seleção e de organização que lhe dê sentido. “Uma cabeça bem-feita significa que, em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas e de princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido” (MORIN, 2005).
- Os processos de ensino devem criar condições para que a **aprendizagem significativa** ocorra. Entende-se por aprendizagem significativa aquela que, segundo David Ausubel, acontece quando uma nova informação “ancora-se” em conceitos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva (MOREIRA, 2006).
- A disposição do aprendiz para relacionar, de maneira substantiva e não arbitrária, o novo conteúdo à sua estrutura cognitiva depende de predisposição para aprender, ou seja, o evento educativo é acompanhado de uma experiência afetiva. A **experiência**

afetiva é positiva e intelectualmente construtiva quando o aprendiz tem ganhos em compreensão. Ao contrário, a sensação afetiva é negativa e gera sentimentos de inadequação quando o aprendiz sente que não está aprendendo. Os processos de ensino precisam considerar a **relação entre motivação e afetividade com a aprendizagem**.

- A educação é concebida por John Dewey (1971) como **contínua construção e reconstrução da experiência**. O aprendizado se dá quando compartilhamos experiências em espaços onde não haja barreiras ao intercâmbio do pensamento. Segundo Dewey, a experiência cognitiva emerge (de) e está perpassada por experiências não-cognitivas (emoções, hábitos, imaginação). Ela não se limita ao ato presente, mas também remonta o que foi aprendido no passado e se reporta ao futuro. Daí a importância da capacidade (do estudante e do professor) de refletir sobre a experiência e de reordenar o curso da ação.
- O **saber da experiência** é aquele que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido aos acontecimentos. O **sujeito da experiência** se define por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura. Somente o sujeito da experiência está aberto ao aprendizado e a sua própria transformação (BONDÍA, 2002).
- A opção do UNIFESO no campo da **avaliação** é estruturá-la **em favor da aprendizagem**. Para que a avaliação consiga proceder a análise de desenvolvimento, deve permear todo o processo de ensino, proporcionando, aos avaliadores e aos avaliados, a compreensão das áreas deficientes de forma que possam se reposicionar ao longo do processo, incluindo a reformulação das estratégias de ensino. Nessa perspectiva, avaliar o estudante tem como objetivo acompanhar o aprendizado do educando, promover motivação para investigação e superação e (re)direcionar os caminhos da construção do conhecimento numa proposta emancipatória. A **avaliação formativa** é um conceito central na conformação curricular dos Cursos do UNIFESO. Caracteriza-se por um processo interpretação-intervenção sobre o desenvolvimento do ensino-aprendizagem com a finalidade de garanti-lo, de aprimorá-lo, de oferecer condições efetivas para que o ensino e a aprendizagem ocorram de modo eficaz.

7.2. Política de Ensino para a Educação Básica

No que diz respeito à educação básica, este PPI se reporta ao Centro Educacional Serra dos Órgãos (CESO), ressaltando sua integração plena e orgânica ao UNIFESO. Entende-se por plena e orgânica a articulação contínua e sistêmica com os cursos de graduação e pós-graduação, a incorporação de estratégias institucionais capazes de agregar valor à educação básica, as oportunidades diferenciadas de formação docente e o compartilhamento da infraestrutura do centro universitário.

Do ponto de vista normativo, o CESO orienta sua proposta pedagógica a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Matrizes Curriculares de Referência para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

O CESO, através de sua proposta pedagógica, firma compromisso com uma visão de mundo baseado em valores éticos, trabalho cooperativo e melhoramento contínuo por meio das concepções eleitas de ser humano, de educação, de docência, de currículo e de avaliação

A **concepção de ser humano** parte do princípio que o homem é um ser sensível, racional e espiritual, que se constitui como sujeito na sua relação com o outro, a partir das diversas interações sociais. Entende-se, assim, que o homem é concomitantemente um ser físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico e, portanto, é um ser complexo, que precisa ser respeitado em sua cultura, valores e condições socioeconômicas.

A **concepção de educação** adotada pelo CESO considera a participação coletiva, a liberdade, a autonomia da consciência individual, o respeito e a aceitação das diferenças como elementos capazes de enriquecer a convivência e a aprendizagem humana. A partir dessa concepção, a escola visa contribuir para consolidação de uma sociedade democrática pautada na garantia do respeito aos direitos fundamentais do ser humano e na busca do desenvolvimento da consciência ecológica. Prioriza, assim, uma educação planetária na qual a amorosidade, a compaixão, a caridade, a solidariedade e a amizade sejam pressupostos para uma vida sustentável.

O CESO reconhece o crescimento como um valor que fundamenta a educação devendo ser trabalhado em três dimensões: a consciência de si, o relacionamento com o outro e a transcendência, entendida como a compreensão da nossa existência.

Considerando a dimensões humana, sócio-histórica-cultural, do conhecimento e da aprendizagem e a rede de relacionamentos, o CESO opta por uma **concepção de docência** que requer a atuação de um professor competente, crítico, criativo, reflexivo, participante, ousado e com maior consciência pessoal, profissional e ética. Trata-se de uma concepção de docência que anseia por incorporar práticas inovadoras que contribuem para a luta contra o fracasso escolar, que desenvolvem a cidadania, que recorrem à pesquisa, que enfatizam a prática reflexiva e que promovem aprendizagem significativa.

Nesse contexto, destacam-se como condições do trabalho docente fomentadas pelo CESO, em integração contínua com o UNIFESO, a organização e o estímulo às situações de aprendizagem, o envolvimento dos estudantes em suas aprendizagens e trabalhos, a participação na gestão da escola, a utilização de novas tecnologias, o enfrentamento dos deveres e dos dilemas éticos da profissão e o trabalho em equipe.

Construir um currículo pressupõe traduzir princípios ideológicos, políticos, econômicos e educacionais em normas de ação e em prescrições educativas na forma de um instrumento que guie e oriente a prática pedagógica cotidiana. A partir dessa compreensão, o CESO opta por uma **concepção de currículo** que aposta numa metodologia interdisciplinar com promoção do diálogo entre as diversas áreas de conhecimento, através do **trabalho com projetos**.

O projeto é considerado uma ação de investigação por meio da qual o estudante pesquisa, analisa, elabora, depura, reelabora, apresenta suas reflexões e aprendizado sobre o objeto de estudo e, por fim, faz uma avaliação e crítica do trabalho realizado. Trabalhar com projetos favorece mobilizar o estudante de modo que ele saia da postura de passividade, possibilita o trabalho integrador das diferentes áreas do saber e promove uma aprendizagem mais ampla e contextualizada.

Por fim, a **concepção de avaliação** do CESO se alinha com os princípios avaliativos do UNIFESO. O enfoque está no processo de aprendizagem e no desenvolvimento do aprendiz. O processo de avaliação no CESO tem por objetivos evidenciar o desenvolvimento integral do estudante, analisar o nível de aproveitamento acadêmico e programar intervenções no ensino na busca de alcançar as metas propostas.

Com base nos pressupostos apresentados, o CESO busca:

- Implementar a convivência democrática com base no desenvolvimento integral da pessoa e dos grupos sociais;
- Reconhecer o ser humano em sua totalidade, estimulando a pluripotencialidade física, psíquica, política, ética e estética;
- Estimular a construção do conhecimento pela participação ativa dos sujeitos, sejam professores e estudantes, de forma crítica e reflexiva;
- Promover a aprendizagem significativa pela interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento;
- Promover o processo ensino-aprendizagem de forma dialógica, incluindo-se de forma ampla o que devemos saber, o que devemos fazer e o que devemos ser;
- Fomentar a capacidade de aprender a aprender para professores e estudantes como incentivo para a construção da autonomia e sua compreensão para a atuação na sociedade globalizada em que vivemos;
- Constituir-se em um centro de atuação para atividades de pesquisa, ensino e extensão para os cursos de graduação e pós-graduação do UNIFESO.

7.3. Política de Ensino para a Graduação

Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação do UNIFESO seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) nas **Diretrizes Curriculares Nacionais** (DCN). As DCN constituem referenciais para o UNIFESO na construção de seus currículos, que contemplam a interdisciplinaridade, a conformação de competências e habilidades profissionais, a articulação entre teoria e prática, os conteúdos obrigatórios e as atividades complementares.

A **interdisciplinaridade** e a **transversalidade do conhecimento** são conceitos orientadores da construção curricular dos Cursos do UNIFESO. A interdisciplinaridade permite questionar a fragmentação dos diferentes campos do conhecimento. Ela ressalta a complexidade e a inter-relação entre as várias áreas do saber, apontando, assim, para uma formação integral e integrada mais compatível com a realidade do mundo. Já a transversalidade nos convida à possibilidade de se estabelecer na prática educativa uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real e de sua transformação.

A interdisciplinaridade e a transversalidade são concepções sobre o conhecimento que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos, que ficaram isolados uns dos outros pela estrutura disciplinar. Necessária se torna uma visão mais adequada e abrangente da realidade, que muitas vezes se nos apresenta de maneira fragmentada. Através dessa ênfase poderemos intervir na realidade para transformá-la.

Existem temas cujo estudo exige uma abordagem particularmente ampla e diversificada. Denominados temas transversais, tratam de processos intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e professores em seu cotidiano.

Os temas transversais vão sendo incorporados à formação do estudante do UNIFESO de acordo com as preocupações sociais de forma a expressar conceitos e valores fundamentais à cidadania que merecem atenção especial. Nesse contexto, destacam-se três temas – a cidadania, a diversidade e a sustentabilidade –, considerados transversais, que também integram ideário dos princípios institucionais.

O UNIFESO, em consonância com a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade, asseguradas pela Diretrizes Curriculares Nacionais, se imbuí da opção conceitual de adoção de diversificadas metodologias de ensino, tendo por pressuposto o favorecimento ao **duplo protagonismo estudante-professor**. A aposta é que tanto o papel do estudante quanto o do professor são fundamentais no processo de aprendizagem, sem deslocar a centralidade do processo para um ou outro. Considerando tal equilíbrio, os cursos de graduação são estimulados a incorporar **metodologias ativas** nas suas práticas pedagógicas. Tais metodologias se baseiam em formas de desenvolver o processo de aprender a partir de experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos (BERBEL, 2011).

Estudantes e professores analisam, problematizam, compreendem a prática pedagógica, produzem e difundem conhecimentos. O professor é protagonista porque ele é quem faz a mediação do estudante com os objetos do conhecimento. O estudante também é protagonista porque é considerado como o sujeito da aprendizagem e, conseqüentemente, sua atividade cognitivo-afetiva é fundamental para manter uma relação interativa com o objeto do conhecimento (VEIGA, 2010).

Considerando o dinamismo da sociedade moderna, os projetos pedagógicos do UNIFESO buscam o **equilíbrio entre tempos de aprendizagem individualizada e tempos de aprendizagem colaborativa**, com vistas ao desenvolvimento da competência de “**aprender a aprender**” numa era das tecnologias de conexão contínua. Os pressupostos para tal aposta vêm das reflexões de Moran (2014) que infere que aprendemos com os demais e aprendemos sozinhos. Focar mais um ou outro lado dificulta a visão do todo, da riqueza de possibilidades. Sozinhos vamos até certo ponto; juntos, também. Essa interconexão entre a aprendizagem pessoal e a colaborativa, num movimento contínuo e ritmado, nos ajuda a avançar muito além do que o faríamos sozinhos ou só em grupo.

Os currículos dos cursos do UNIFESO partem da formação de competências definidas nas DCN. A noção de **competência** se caracteriza por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (conhecimentos, habilidades, afetos e posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Sendo assim, o **mundo do trabalho**, por sua realidade complexa, se caracteriza como o espaço privilegiado para o desenvolvimento das competências profissionais. Por isso, os projetos pedagógicos do UNIFESO consideram a **integração ensino-trabalho-cidadania** como um princípio essencial na organização das atividades curriculares. A integração ensino-trabalho-cidadania (IETC) contempla a articulação de diversos elementos a saber: o ensino, a pesquisa, a extensão, os cenários de trabalho formais ou informais, a participação popular, o controle social e o protagonismo estudantil, em especial, nas oportunidades de transformação da realidade quando a instituição de ensino superior se integra à comunidade.

A **educação permanente**, concebida na área da saúde, como uma estratégia de ensino-aprendizagem pelo trabalho tende a se expandir no UNIFESO para as demais áreas, se constituindo num pressuposto para o ensino e para gestão institucional. O conceito foi apropriado na lógica de produção de conhecimentos no cotidiano da instituição a partir da realidade vivida pelos atores envolvidos, tendo as experiências e os problemas enfrentados no dia-a-dia do trabalho como base de interrogação e mudança. Apoiar-se na concepção de ensino problematizador, inserido de maneira crítica na realidade e sem superioridade do educador em relação aos educandos. A educação permanente valoriza, ainda, a aprendizagem significativa, interessada nas experiências anteriores e nas vivências dos educandos, desafiando-os a aprender mais.

No campo da formação profissional no âmbito da graduação, a **monitoria** é entendida como instrumento para qualificação do ensino através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visam fortalecer a articulação entre a teoria e a prática. Tem por finalidade promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e o desenvolvimento complementar de habilidades pedagógicas por parte dos monitores.

Tomando por base os princípios anteriormente elencados, o UNIFESO busca estruturar os currículos de seus cursos numa visão renovada pela epistemologia contemporânea e pela consciência crítica e histórica de sua responsabilidade social, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a missão do UNIFESO. Sua missão implica no compromisso da formação do cidadão, com as características seguintes:

- Formação na graduação de qualidade, pluralista, crítica e reflexiva, que articula as especificidades das competências técnicas da formação profissional com equilíbrio com a formação geral, humanística e ética;
- Capacitação e habilitação para acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, necessária à atuação profissional;
- Compromisso com o desenvolvimento regional, interagindo nos vários níveis de atuação, demonstrando engajamento com as questões ligadas à sustentabilidade social e ambiental;
- Capacidade de promover programas e serviços que interajam com as demandas da comunidade, equacionando problemas e buscando soluções compatíveis com a realidade;
- Disponibilidade para o trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional.

7.4. Política de Ensino para a Pós-Graduação

A política para o ensino de pós-graduação no UNIFESO tem como prerrogativa elevar o padrão de qualificação profissional de egressos de cursos de nível superior, capacitando-os para as diversas contingências no campo acadêmico, profissional e ético. Pretende-se contribuir na formação de recursos humanos para os desafios do mercado de trabalho e para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica.

No âmbito dos programas de pós-graduação do UNIFESO, tendo em vista o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é incentivado o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, assim como de atividades de extensão, focadas nas demandas

oriundas da sociedade local e regional, não perdendo de vista a cooperação e integração com empresas, instituições de ensino superior (IES) e instituições de ciência e tecnologia (ICT). A integração sistemática entre os cursos de graduação e de pós-graduação, incluindo-se os programas de residência médica, é concebida no âmbito dos projetos pedagógicos e dos planos de curso. Nesses projetos estimula-se as atividades interdisciplinares, os planos de intervenção e a consolidação dos grupos de pesquisa nas áreas de conhecimento de cada um dos cursos.

A estrutura organizacional da pós-graduação está constituída de modo a buscar a excelência do ensino, a partir da fixação de docentes altamente qualificados; a consolidação dos grupos de pesquisas, aumentando, qualitativa e quantitativamente, a produção acadêmica institucionalizada; o apoio das agências de fomento na captação de recursos externos para o desenvolvimento e ampliação dos seus programas, projetos e ações acadêmicas relacionadas à pesquisa científica, tecnológica, à inovação e às atividades extensionistas.

7.4.1. Pós-Graduação *Lato Sensu*

Os Cursos de Pós-graduação *lato sensu* oferecidos pelo UNIFESO têm como finalidade atender a demanda de pessoal de nível superior por formação e capacitação nas diversas áreas do conhecimento científico, por meio da promoção e do fomento de estudos especializados, nas áreas de conhecimento e de comprovada competência do UNIFESO.

Em um ambiente profissional a cada dia mais competitivo em que a incorporação da ciência e tecnologia como força produtiva requer profissionais altamente qualificados, somando-se a uma realidade social complexa e dinâmica, pretende-se contribuir para a qualificação de profissionais com habilidades específicas e com capacidade de produção científica e tecnológica que seja aporte para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da cidade e região.

A pós-graduação *lato sensu* é espaço de construção de conhecimento científico e tecnológico, de inovação e de qualificação profissional que potencializa a realização de atividades integradas desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e dos demais cursos de especialização, assim como dos programas de residência médica existentes no UNIFESO. Na realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conta-se com um corpo docente de comprovada capacidade e experiência profissional.

7.4.2. Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* são imprescindíveis para a qualificação de alto nível de egressos de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* nas diversas áreas do conhecimento.

Considerando a perspectiva de implantação desses programas no UNIFESO, considerar-se-á a modalidade de mestrado acadêmico e de mestrado profissional. O mestrado acadêmico está voltado para a capacitação de profissionais na perspectiva do ensino e da pesquisa, de modo que possam dar continuidade a carreira acadêmica com o doutorado e pós-doutorado. Já o mestrado profissional busca a capacitação de profissionais, mediante ao estudo e emprego de técnicas em temáticas que possam atender demandas do mercado de trabalho. Este não se isenta da pesquisa,

de modo que seus pós-graduandos conheçam os seus mecanismos e saibam como empregar as competências de um pesquisador no seu campo de atuação profissional. De qualquer forma, ambos proporcionam melhorias na gestão dos diversos setores sociais, quer seja pela capacitação profissional, quer seja por agregar competitividade e produtividade às organizações públicas ou às privadas.

Nesse propósito, buscar-se-á, paulatina e prioritariamente, a partir dos cursos existentes no UNIFESO, inclusive dos programas de residência médica existentes na instituição, identificar as potencialidades com vistas a reunir as condições necessárias para o credenciamento futuro do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do UNIFESO, na modalidade de mestrado acadêmico e/ou de mestrado profissional.

8 POLÍTICA DE PESQUISA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

As tendências mundiais relacionadas às políticas de ciência, tecnologia e inovação apontam para a necessidade de se buscarem soluções eficientes e eficazes para os grandes desafios sociais, ambientais e econômicos deflagrados no contexto do atual processo de globalização. Nesse diapasão, a partir de 2012 a estratégia nacional foi a de promover a ciência, a tecnologia e a inovação como eixos estruturantes do desenvolvimento do país, combinando crescimento econômico, justiça social, redução das disparidades regionais e reposicionamento do Brasil em relação à produção de ciência, tecnologia e inovação.

Não obstante as dificuldades relativas a este tema, é relevante ter como parâmetro para o desenvolvimento científico e tecnológico do UNIFESO as áreas estratégicas e prioritárias, definidas nacionalmente: crescimento e envelhecimento da população; alterações climáticas; acesso à água e energia; disponibilidade de alimentos; pesquisa e desenvolvimento em saúde; ciência e tecnologia para o tratamento e prevenção de doenças; prevenção de desastres naturais, segurança, educação, assimetrias regionais e desigualdades sociais. Para a instituição, é um exercício de reconhecer o que já se faz e o que ainda necessita ser aperfeiçoado; ou o que se apresenta como potente e o que necessita ser incentivado no âmbito das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como nas unidades assistenciais.

A promulgação do marco legal de ciência, tecnologia e inovação foi uma resposta do governo brasileiro que, juntamente com instituições da sociedade civil organizada percebeu a importância de fazê-lo tendo em vista às tendências mundiais. A Lei nº 13.243, de janeiro de 2016, dispõe sobre aspectos que desburocratizam processos de ordem operacional, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa científica nas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse preâmbulo, instaura-se a necessidade da compreensão do papel das instituições de ensino superior na consolidação da política nacional de ciência, tecnologia e inovação, considerando a trajetória histórica de cada uma delas, assim como a realidade na qual estão inseridas. Para o UNIFESO coloca-se o desafio de perceber a oportunidade que o atual momento apresenta, assim como o de avaliar a capacidade instalada em termos de pessoal qualificado para o desenvolvimento de programas e projetos de ciência, tecnologia e inovação, assim como garantir as condições para a sua realização, em parceria com outras instituições de ensino superior (IES), outras instituições de ciência, tecnologia e de inovação (ICT), indústrias, empresas e poder público local e regional. Dessa forma o UNIFESO fará parte do Sistema de Inovação composto pela junção desses atores, ação que se torna fundamental para o seu desenvolvimento e o da cidade e região da qual faz parte.

O UNIFESO reconhece que a ciência, a tecnologia e a inovação são estruturantes no processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável. Elas estão interligadas em constante processo de simbiose, tendo, no entanto, especificidades que impactam a estruturação do processo de produção de conhecimento de cada uma delas. Nesse aspecto, faz-se necessário explicitar a compreensão da instituição, conforme a seguir.

A ciência representa um conjunto organizado e sistemático de conhecimentos relacionados que envolvem diferentes fenômenos. A construção do conhecimento científico dá-se por meio de pesquisa ou investigação, realizada em bases sistemáticas, conforme método ou metodologia científica, tendo em vista o conhecimento produzido historicamente pela humanidade, sua ampliação, aperfeiçoamento e aplicação. A pesquisa é uma atividade criativa que abarca

investigações, operações e trabalhos intelectuais e práticos, cujos objetivos são produzir novos conhecimentos, inventar novas técnicas ou soluções e explorar ou criar novas realidades.

A pesquisa básica analisa propriedades, estruturas e conexões sem ter em vista uso ou aplicação específica imediata, diferente da pesquisa aplicada que visa, em especial, inventar aplicações práticas de acordo com uma determinada problemática apresentada.

Historicamente, o UNIFESO reconhece a relevância social do desenvolvimento da pesquisa científica para realização de sua missão e de seus objetivos, ressaltando-se a sua importância na garantia da excelência do ensino em todos os seus níveis e modalidades. Por isso, impõe-se a si mesmo a exigência permanente de realizar suas atividades de pesquisa buscando contribuir para o desenvolvimento institucional e o da cidade e região para a qualificação e formação de pesquisadores a partir da realização preponderante da pesquisa aplicada. Reconhecendo que existem novos paradigmas que necessitam ser enfrentados face a uma realidade social a cada dia mais complexa, a política ora apresentada incorpora a pesquisa tecnológica e a inovação como atividades que proporcionarão a sinergia entre as necessidades e práticas sociais e a capacidade de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do UNIFESO explicitadas nos cursos de graduação, pós-graduação e unidades assistenciais.

A pesquisa tecnológica está relacionada, sobretudo, à definição de procedimentos técnicos, tanto eficazes quanto possíveis, para que conhecimentos já existentes sejam aplicados em algum bem ou serviço, possibilitando maior valor agregado. A inovação ocorre quando existe a introdução de novos produtos, serviços ou processos ou a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e efetivo ganho de qualidade ou desempenho. Nesse aspecto, a inovação pode ser decorrente da pesquisa aplicada e/ou da tecnológica.

O UNIFESO considera a iniciação científica, tecnológica e em inovação como processos educativos fundamentais para a criação de uma atitude investigativa a qual aguce a curiosidade dos estudantes e o desejo de buscarem soluções para os problemas apresentados pela sociedade e pela comunidade científica. Indubitavelmente a experiência em pesquisa contribui para a melhoria da qualidade do ensino e das atividades de extensão, assim como para a construção de protagonismo dos estudantes em relação às grandes questões que a sociedade reclama como necessárias de serem resolvidas. É imprescindível que ela aconteça no contexto de trabalho dos grupos de pesquisa, assim como em discussões entre pesquisadores em eventos científicos internos e externos, nacionais e internacionais, além de encontros com interlocutores de instituições da sociedade civil organizada.

Para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, o UNIFESO implantará estratégias de incentivo aos docentes, técnicos-administrativos e estudantes com perfil e qualificação para a produção científica e tecnológica. Os programas e projetos deverão prezar pela interdisciplinaridade, considerando as áreas de formação já existentes no UNIFESO, alinhados às áreas estratégicas e prioritárias definidas no escopo da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação vigente e de acordo com a realidade local e regional. Os programas e projetos de pesquisa deverão considerar, também, a participação dos vários atores que compõem o sistema de inovação, quais sejam: poder público, empresários, organizações setoriais, ICT e IES.

O processo de organização e estruturação da pesquisa institucionalizada ocorre no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação a partir do desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de

curso (TCC); dos programas de residência médica, considerando os grupos de pesquisa instituídos e as problemáticas identificadas em serviço que inspiram a elaboração de projetos de pesquisa e de TCC; dos núcleos de estudo e práticas diversas que tratam de temáticas de relevância social, científica e tecnológica; e, finalmente, através dos diversos planos de incentivo do UNIFESO que apoiam os grupos de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento.

Os programas e projetos estão inseridos em linhas de pesquisa definidas a partir da capacidade instalada da instituição, das DCN e dos indicadores de qualidade instituídos internamente e pelos órgãos reguladores, assim como das políticas públicas para área, das orientações das agências de fomento e das demandas sociais, especialmente aquelas vinculadas aos setores produtivos e à sociedade civil organizada, local e regional.

As linhas de pesquisa funcionam como referenciais gerais para a construção, articulação e realização de programas e projetos, auxiliando nas decisões sobre o rumo e definições dos objetos de investigação no contexto local e regional do Centro Universitário. São importantes, também, na delimitação dos campos específicos do conhecimento em que os estudos e projetos serão inseridos, além de oferecerem orientação na realização do recorte epistemológico e na definição de procedimentos metodológicos adequados.

Nesse sentido, as linhas devem garantir a representação das estratégias institucionais quanto ao estímulo da produção científica em determinadas áreas do conhecimento, associadas à real e potencial capacidade de pesquisa instalada na instituição. Desta forma, elas devem refletir o perfil praticado e pretendido pela instituição no que tange ao desenvolvimento de pesquisa científica, tecnológica e inovação.

Os incentivos necessários ao desenvolvimento da pesquisa institucional serão garantidos por meio do Plano de Iniciação Científica e Pesquisa (PICq), do Plano de Inovação e Tecnologia (PIIT) e do Plano de Incentivo à Difusão da Produção Acadêmica (PIDPA). Será incentivada a submissão de projetos de pesquisa ou de captação de recursos para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação em agências externas de fomento, nacionais e internacionais e, neste escopo, o incentivo aos pesquisadores se dará por meio do Plano de Captação de Recursos Externos (PICRE).

Quanto à propriedade intelectual institucional, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) dispõe sobre a proteção das criações intelectuais resultantes do desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação tecnológica desenvolvidos pelos docentes, técnicos-administrativos e estudantes do UNIFESO. Além disso, dispõe sobre a transferência de tecnologia e o licenciamento de seus direitos de propriedade intelectual e outras matérias pertinentes.

O NIT do UNIFESO é também um importante disseminador da cultura da propriedade intelectual em todos os segmentos da comunidade acadêmica do UNIFESO, apoiando a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica, despertando em seus pesquisadores o interesse de proteger suas criações e orientar os processos de licenciamento e de transferência de tecnologia, considerando os processos educativos que contribuem para a geração de trabalho e renda em sintonia com os arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais locais.

No UNIFESO tem-se a compreensão de que a produção acadêmica institucionalizada extrapola o limite da produção científica e tecnológica. Contempla-se, além destas, os trabalhos técnicos, didático-pedagógicos, culturais e artísticos realizados a partir das atividades de ensino, pesquisa

e extensão dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como das unidades assistenciais e administrativas.

O Plano de Difusão da Produção Acadêmica do UNIFESO visa atender as demandas oriundas do seus corpos docente, discente e técnico-administrativo, buscando a motivação e fixação dos sujeitos envolvidos, assim como o aperfeiçoamento contínuo dos serviços oferecidos. Além disso, é mais uma contribuição para o desenvolvimento social local e regional, na medida em que garante a troca de conhecimentos e experiências com as comunidades científica, artística e cultural, em suas diversas áreas, assim como com os representantes de demais instituições sociais. Outro aspecto é que se potencializam, também, os mecanismos de visibilidade institucional perante as instituições científicas e agências reguladoras e de fomento à pesquisa e à inovação.

9 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A extensão no UNIFESO é concebida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição e outros setores da sociedade. Esse mecanismo acadêmico de formação articula a produção científica e sua interação com a comunidade através da identificação de demandas, produção de conhecimento situado, aplicação e transferência dos resultados. Isso se faz num processo interacional, educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a pesquisa e o ensino de forma indissociável.

A instituição está na sociedade interagindo ativamente e aprendendo, não somente a partir da troca de conhecimentos e saberes, mas também por meio da compreensão de que a produção acadêmica se torna significativa quando tem por base questionamentos oriundos de um potente e efetivo confronto com a realidade. Esse diálogo também propicia o estabelecimento de alianças com diferentes grupos, movimentos e organizações sociais, assim como com os setores produtivos da cidade e região. Essas alianças são potentes no processo de superação das mazelas produzidas pelas assimetrias regionais, desigualdades e a exclusão social. Acredita-se que a transformação social é fruto da atuação de diferentes organizações que, voltadas para as necessidades da maioria da população, exercem protagonismo fundamental no sentido de propiciar o desenvolvimento social e regional e de influenciar nas políticas públicas relacionadas com a educação e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, saúde, meio ambiente, habitação, produção de alimentos, geração de trabalho e renda e a garantia dos direitos humanos.

A extensão, como uma prática que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, é reconhecida em sua dimensão acadêmica como ação de impacto na formação do estudante e na construção do conhecimento. A experiência em atividades de extensão é um importante parâmetro para avaliação dos processos de formação uma vez que expõe a necessidade de constante renovação das práticas e dos métodos acadêmicos já consagrados. Eles são postos à prova mediante a inserção dos estudantes e professores em comunidades cujos problemas sociais desafiam os paradigmas existentes e põem em xeque determinadas formas de conceber e interpretar a realidade.

O desenvolvimento de inúmeras e variadas atividades de extensão é, também, uma forma de democratização do conhecimento científico e tecnológico produzido no UNIFESO a partir de projetos realizados por docentes, discentes e técnico-administrativos vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação, às unidades assistenciais e administrativas.

As atividades de extensão constituem aportes decisivos para o desenvolvimento de capacidades profissionais e de atitudes cidadãs para o conjunto da comunidade interna do UNIFESO, assim como da comunidade externa. Seja pela ampliação do universo de referência, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas, a inserção na comunidade é uma oportunidade de troca de conhecimentos e saberes e de realização de ações contudentes que resultem em transformação significativa da realidade local e regional.

No desenvolvimento das atividades de extensão do UNIFESO, busca-se:

- A compreensão da dimensão acadêmica da extensão e o seu impacto na formação dos estudantes e na qualificação docente, superando-se ações isoladas e pontuais incapazes de fortalecer a integração entre o UNIFESO e a sociedade;
- A creditação curricular das atividades de extensão, reconhecendo sua especificidade enquanto fazer acadêmico e sua vinculação com o ensino e a pesquisa, sendo reconhecida como uma das formas de produção acadêmica;
- O diálogo crítico-propositivo com diferentes setores da sociedade, influenciando a elaboração de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento social;
- A priorização de projetos cujos temas ou áreas temáticas sejam consonantes com os desafios contemporâneos e com as demandas prioritárias da sociedade local e regional;
- O impacto nos processos de formação e de mudança social, cultural, política e econômica impulsionados pelo protagonismo estudantil nas atividades de extensão;

- A realização de alianças de caráter recíproco com os diferentes setores da sociedade, organizando redes colaborativas para uma atuação local e regional;
- O estabelecimento de diálogo com o poder público local no sentido potencializar as ações de extensão estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental.

Os incentivos necessários ao desenvolvimento das atividades de extensão na instituição são garantidos por meio do Plano de Incentivo à Extensão (PIEx), constituindo-se num instrumento de gestão potente no sentido de garantir ações que estimulem o desenvolvimento e fortalecimento da relação institucional com a comunidade, promovendo e estimulando a integração ensino-trabalho-cidadania.

No PIEx estão definidas as ações de extensão que compreendem a produção acadêmica (publicações e eventos), as atividades assistenciais em hospitais, clínicas e núcleos de práticas diversas, a prestação de serviços, as atividades culturais e as atividades político-sociais e comunitárias.

10 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

No âmbito da discussão sobre a internacionalização nas IES, é importante ressaltar que o desenvolvimento tecnológico da sociedade moderna vem potencializando o fenômeno da globalização e, conseqüentemente, a troca de informações entre as nações. O impacto da globalização no processo de internacionalização dá-se pela relação indissociável entre educação e sociedade. Assim, a formulação de políticas, estratégias e ações específicas para o desenvolvimento de cooperação e intercâmbio entre instituições nacionais e internacionais tornam-se imprescindíveis, tendo em vista que “a academia é afetada por investimentos em pesquisa e desenvolvimento que acompanhem padrões mundiais, pela propriedade intelectual de publicações internacionais, pelo amplo acesso à internet e por padrões internacionais de difusão de conhecimento” (MIURA, 2009).

No âmbito das políticas nacionais de educação de ensino superior, observa-se um direcionamento no sentido de ampliar a cooperação internacional entre cursos de graduação e pós-graduação, tendo em vista o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, assim como a qualificação de pesquisadores e estudantes em programas internacionais de mobilidade/intercâmbio.

A internacionalização é um processo complexo e multifacetado com implicações econômicas, políticas, sociais e culturais para os países, as instituições e as pessoas envolvidas. Nesse sentido, o UNIFESO incorpora as atividades internacionais levando em conta as necessidades e as possibilidades de produção acadêmica e de formação das instituições envolvidas. Para isso, leva-se em conta a capacidade instalada, os interesses estratégicos da instituição, a disponibilidade em termos de pessoal qualificado e de recursos financeiros da instituição.

Para efetivação de convênio de cooperação e de intercâmbio, as instituições parceiras devem desenvolver suas atividades acadêmicas nas mesmas áreas de conhecimento do UNIFESO, além de preencherem todas as exigências legais. Dá-se prioridade aos convênios de cooperação e intercâmbio alinhados às áreas estratégicas da produção acadêmica institucionalizada, definidas, anualmente, no Programa de Mobilidade Acadêmica/Intercâmbio do UNIFESO, em sintonia com o Programa de Incentivo à Iniciação Científica e Pesquisa (PICPq), o Programa de Inovação e Tecnologia (PIIT) e a Política de Ensino de Pós-Graduação.

Além dos convênios de cooperação e intercâmbio, as atividades sistemáticas de qualificação frente às demandas do processo de internacionalização, dar-se-ão a partir: 1) da oferta de cursos de idiomas aos docentes, técnicos-administrativos e estudantes do UNIFESO; 2) dos grupos de pesquisa apoiados no âmbito dos programas de incentivos existentes; 3) da realização de eventos nacionais e internacionais pelos cursos de graduação e de pós-graduação; 4) da participação de docentes, técnicos-administrativos e estudantes em eventos internacionais; 5) da difusão da produção acadêmica em periódicos e anais internacionais; 6) da disponibilização, pela Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE), de estrutura administrativa e acadêmica para aqueles que manifestarem interesse em aderir aos editais e programas de mobilidade acadêmica.

11

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E EDUCAÇÃO ON-LINE

A função institucional da educação a distância é possibilitar a ampliação da atuação formativa de excelência do UNIFESO, ultrapassando as fronteiras locais por meio da modalidade de educação *on-line*, de acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabeleceu diretrizes e normas para a educação superior a distância. Para isso, deve estar em consonância com as políticas de graduação, pós-graduação, extensão, cursos livres e educação básica, assim como com práticas pedagógicas que incorporem as possibilidades inerentes às tecnologias digitais e midiáticas da informação e da comunicação, tanto na modalidade de ensino híbrido quanto na modalidade de ensino a distância.

Por educação *on-line* compreende-se uma modalidade que é realizada via *internet*, utilizando as diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento, distribuindo-o de forma rápida e fazendo uso da interatividade para promover a interação entre pessoas, de forma síncrona e assíncrona. Nesse sentido, diferentes modalidades comunicativas podem ser incorporadas à prática educativa: um-a-um (ou seja, entre duas pessoas), de um para muitos (ou seja, de uma pessoa para muitas pessoas); e de muitas pessoas para muitas, (ou seja, a construção colaborativa) também denominada estelar.

Hibridismo como modalidade de ensino se configura como a mesclagem das práticas da educação presencial com as possibilidades da educação *on-line*. Nessa perspectiva, vai ao encontro da aprendizagem ubíqua que se constitui como presença constante, ultrapassando barreiras espaço-temporais.

A política de educação *on-line* no UNIFESO prevê:

- Desenvolvimento da pós-graduação, através da oferta de cursos à distância e da incorporação do modelo híbrido aos cursos presenciais;
- Ampliação e qualificação da oferta de cursos de extensão nas diversas áreas de atuação do UNIFESO;
- Ampliar e sistematizar o ensino *online* no Cursos de Graduação, respeitadas às regulamentações do Ministério da Educação e as disposições legais vigentes;
- Desenvolvimento de ações na área da formação de professores e do corpo técnico-administrativo

As ações da educação a distância e *on-line* no UNIFESO são desenvolvidas por meio:

- da integração do Núcleo de Educação a Distância e Novas Tecnologias para o Ensino (NUED) com os Centros de Ensino e com a Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) para a definição de projetos e cursos e
- da constituição de parcerias com instituições públicas ou privadas para desenvolvimento de projetos e oferta de cursos.

12

POLÍTICA DE APOIO À PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

A presente política tem por finalidade apoiar a **produção de material didático** para atividades de ensino, de pesquisa ou de extensão a ser utilizado nos Cursos de Educação Básica, de Graduação, de Pós-Graduação, de Extensão e de atividades de educação continuada no âmbito das unidades educacionais, assistenciais e administrativas. Por material didático, entende-se qualquer forma de material que possa ser utilizado para os interesses inerentes ao ensino, à pesquisa ou à extensão em qualquer nível de escolaridade, como livros, coletâneas, apostilas, CD, DVD, jogos, *blogs*, portais, mídias eletrônicas diversas, conteúdos para educação a distância, dentre outros.

Parte-se do pressuposto de que a produção de material didático é, antes de tudo, um ato de criação onde a criatividade é elemento fundante.

Considera-se que o **material didático institucional** é um componente essencial na qualidade da comunicação da instituição com seus estudantes.

A política de apoio à produção de material didático institucional se materializa no UNIFESO em três direcionamentos principais:

- Análise do material didático institucional produzido no âmbito dos Cursos de Graduação pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), tendo em vista garantir sua conexão com a formação definida no Projeto Pedagógico do Curso, considerando sua abrangência, acessibilidade, bibliografia, aprofundamento e coerência teórica.
- Apoio especializado no campo da mediação pedagógica pelo material didático elaborado com tecnologias digitais e midiáticas pelo Núcleo de Educação a Distância e Novas Tecnologias para o Ensino (NUED), tanto para o ensino presencial quanto para o *online*, tomando por pressuposto a ideia do material didático como um elemento mediador que traz em seu bojo a concepção pedagógica que norteia o ensino e a aprendizagem. Considera-se, ainda, a possibilidade de apoio que privilegia a produção coletiva, crítica e reflexiva, visando proporcionar o desenvolvimento da interatividade, da interação e da colaboração em prol da qualidade da aprendizagem dos estudantes.
- Incentivo à produção de material didático por parte dos docentes do UNIFESO através da “Série Materiais Didáticos”, prevista no Plano de Incentivo à Difusão da Produção Acadêmica (PIDPA), que contempla os trabalhos produzidos pelos professores e estudantes com vinculação aos componentes previstos nos Projetos Pedagógicos. Os formatos para divulgação incluem livros, apostilas, catálogos, cartilhas e mídias digitais. Os Conselhos de Centro e o NUED participam ativamente da aprovação e recomendação desses materiais.

13 POLÍTICA DE GESTÃO

Por sua natureza, o PPI se destina à orientação da atividade acadêmica da instituição. Ocorre, porém, que a gestão do processo acadêmico supõe a necessidade de integração com a gestão administrativa para garantir as condições operacionais, os recursos, os meios e os processos necessários. Essas diretrizes políticas e estratégias de operação são objeto de planejamento e execução por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Afirmar-se como Centro Universitário de excelência na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro é a visão que a gestão do UNIFESO busca através do seu planejamento estratégico.

A gestão do UNIFESO parte da compreensão histórica e concreta da realidade sobre a qual pretende agir. Essa compreensão se expressa em três princípios: (1) a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; (2) a excelência do processo acadêmico-científico e (3) a integração ensino-trabalho-cidadania.

Sendo assim, a política de gestão considera o compromisso com os princípios da participação, da integração, da comunicação, da sustentabilidade financeira e da qualidade dos serviços prestados.

Esses princípios orientadores da gestão estão representados nas seguintes formulações norteadoras:

- A **participação** é dada pelo relacionamento cooperativo. O UNIFESO viabiliza múltiplos espaços em que seus gestores, professores, funcionários e estudantes podem expressar suas opiniões. A partir de então, guardada a análise da coerência e factibilidade, deriva a colaboração de todos os segmentos na proposta de alternativas para a tomada de decisões e para o estabelecimento de metas.

- A atividade fim do UNIFESO é a prestação de serviços educacionais de qualidade. Portanto, se faz necessário que a gestão administrativa esteja fortemente alinhada aos objetivos acadêmicos. Essa premissa está delineada no princípio da **integração acadêmico-administrativa** a ser buscado e acompanhado no cotidiano da gestão institucional.
- A **comunicação**, concebida como um processo de interação social, inerente do ser humano, é apropriada no UNIFESO como elemento estratégico para o cumprimento da missão institucional e o alcance de seus objetivos.
- Para que haja condições de desenvolvimento do projeto acadêmico institucional, é preciso que se assegurem os recursos necessários. Assim, a gestão acadêmica não se dissocia da realidade econômico-financeira da instituição. A garantia da **sustentabilidade financeira** não é tida como uma responsabilidade privativa da administração superior da FESO/UNIFESO, mas é uma função que envolve, respeitado o grau de complexidade e responsabilidade, os diretores, coordenadores e gerentes da instituição.
- Os processos avaliativos, sejam internos sejam externos, se articulam com as atividades de planejamento, fornecendo elementos fundamentais para diagnósticos conjunturais e estruturais passíveis de intervenção.
- Todas as ações de planejamento do UNIFESO são pautadas na busca da **qualidade dos serviços prestados**.

No que se refere aos documentos institucionais, é importante ressaltar sua articulação, respeitando a natureza própria de cada um. Desse modo, a atualização do PPI, PDI e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) não pode deixar de considerar a legislação que regula o ensino superior, levando em conta também a realidade social, econômica e cultural da instituição e de seu entorno.

Constituem-se parâmetros institucionais para atualização dos PPI, PDI e PPC os Estatutos, Regimentos e os resultados das avaliações internas e externas. O PDI reporta-se necessariamente ao PPI. E os PPC levam em consideração o PPI e o PDI. Cabe reforçar que as alterações do PPI, PDI e PPC obedecem às exigências legais e levam em conta necessidades institucionais.

14 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

A proposição de uma Política de Comunicação e Marketing Institucional parte da necessidade da definição de um conjunto de ações estratégicas que orientem as práticas cotidianas de maneira uniforme, profissional e sistemática e o relacionamento da instituição com seus diversos públicos internos e externos, considerando, dentre outros valores, a transparência, a agilidade nos processos, a pró-atividade, a qualidade e a inovação.

Na sociedade atual, em que a tecnologia e o compartilhamento das informações estão sempre presentes e em constante mudança, a comunicação apresenta-se como um grande desafio, mas também como elemento estratégico para o cumprimento da missão institucional e o alcance de seus objetivos. Desta forma, a Instituição precisa ter suas diversas atividades de comunicação integradas e articuladas para fortalecer sua imagem e seus valores.

Além disso, o mercado está a cada dia mais competitivo, o que requer um esforço no que diz respeito às ações de *marketing*, como propaganda, venda, análise de mercado, entre outras.

Assim, essa política consiste na definição de diretrizes e de objetivos consubstanciada a partir de um planejamento estratégico próprio, orientada pelo Planejamento Estratégico Institucional, definido no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Sua implementação se dará por seus programas, planos e projetos, os quais assumem característica tática e operacional.

Tem como referência o modelo de Comunicação Organizacional Integrada, que pressupõe agregar todas as atividades de comunicação da instituição, considerando as características das diversas áreas. Considera-se ainda nessa política, o princípio de que a comunicação deve ser compreendida como uma ferramenta estratégica e desta forma precisa ser praticada por todos e que as ações devem ser sempre desenvolvidas em parceria com as áreas e com definição das atribuições de cada uma.

A Gerência de Comunicação e Marketing, em seus aspectos técnicos especializados, é a área responsável pela execução dessa política tanto no que diz respeito às ações da mantenedora quanto no que diz respeito às ações do mantida. Está subordinada à Direção de Planejamento com vinculação direta com a mantenedora.

São diretrizes da Política de Comunicação e *Marketing*:

- Assegurar a participação efetiva da área de Comunicação e Marketing nos colegiados estratégicos da instituição;
- Alinhar serviços, processos, ações e comunicação;
- Orientar-se pelos resultados das avaliações internas e externas;
- Orientar-se pelo modelo de comunicação organizacional integrada e
- Assegurar a visibilidade e a transparência das ações institucionais.

Seu objetivo principal é contribuir para o cumprimento da missão institucional e de seus objetivos estratégicos. E dele decorrem os objetivos específicos:

- Fortalecer a imagem institucional;
- Propiciar um ambiente que favoreça o comprometimento de toda a comunidade interna com as ações de comunicação;
- Garantir a comunicação integrada;
- Fortalecer o vínculo com o público interno e externo e
- Conhecer as necessidades da sociedade e do mercado educacional.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases conceituais que deram fundamento ao PPI 2016 emergiram em diversos fóruns de reflexão e debate da comunidade acadêmica, com forte envolvimento das direções, coordenações de curso e dos membros dos Núcleos Docentes Estruturantes. Uma vez aprovado pelo Conselho de Administração Superior e pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão do UNIFESO segue o movimento permanente de difusão desse projeto pedagógico, considerando a característica dinâmica de uma instituição de ensino, na qual novos sujeitos são incorporados permanentemente na rotina institucional.

Espera-se ter conseguido construir um amplo referencial que possa subsidiar as elaborações e as revisões dos Projetos Pedagógicos das unidades acadêmicas, de forma a dar vida, em cada espaço institucional, aos conceitos e às políticas emanadas nesse documento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERBEL, NAN. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. *Semina: Ciência Social e Humana* 2014 v.32 n.1, p.25-40.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Incluir: acessibilidade na educação superior*. Brasília: SECADI/SESu, 2013.
- BONDÍA, JL. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação* 2002 n. 19, p.20-29.
- DEWEY, J. *Experiência e educação*. Tradução: Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1971.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília: FORPROEX, 2012.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI – Quinquênio 2013-2017. Teresópolis: FESO, 2013.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Projeto Político-Pedagógico Institucional. Teresópolis: UNIFESO, 2006.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.
- MIRANDA, JFA; MORGADO, FEF; MORAES, MBVB; CRISÓSTOMO, RPG. *Autoavaliação institucional no UNIFESO: 15 anos de avaliação transformadora*. Teresópolis: UNIFESO, 2014.
- MIURA IK. *O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento*. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2009.
- MORAN, J. Autonomia e colaboração em um mundo digital. *Revista Educatrix* 2014 n.7, p.52-57.
- MOREIRA, MA. *A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula*. Brasília: UnB, 2006.
- MORIN, E. *A cabeça em feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- PROUDHON. *De la justice dans la révolution et dans l'e'glise*. 1868.
- VEIGA, IPA. *A aventura de formar professores*. Campinas: Papiрус, 2012.